ADMINISTRAÇÃO: REFLEXÕES A RESPEITO DE SUA CIENTIFICIDADE

RESUMO Existem muitos estudos e conclusões a respeito da cientificidade ou não da Administração. Esse assunto que é razão de debates acalorados na academia, em eventos da área e, claro, nas salas de aula, é discutido no presente estudo tendo como base a epistemologia da Ciência. Parte-se do pressuposto que, uma vez entendendo o conceito de Ciência e seus critérios de demarcação, mais claro se torna a possibilidade de se definir que um objeto de estudo é ou não Ciência. Então, a partir das teorias de autores clássicos sobre epistemologia da Ciência, buscou-se um posicionamento em relação ao que é necessário ser considerado para que a Administração seja considerada uma Ciência. Como resultado do presente ensaio, chegou-se a conclusão que a Administração atualmente apresenta estudos e pesquisas em pleno desenvolvimento e está em plena evolução de sua base teórica, mas de acordo com a análise aqui desenvolvida, levando em consideração os critérios de demarcação analisados, ainda não podem ser caracterizados como uma Ciência e sugere-se que o estágio atual é de uma quase Ciência ou pré-Ciência. Apresentam-se ainda os embasamentos teóricos para esse posicionamento.

Palavras-chave: administração; cientificidade; epistemologia.

Recebido em 12/abril/2013

Aprovado em 26/novembro/2013

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editor Científico: Cecílio Elias Daher

Revista de Administração da UEG – ISSN 2236 1197

Júlio Adriano Ferreira dos Reis, graduado em Administração de Empresas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, doutorando em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), bolsista Capes PDSE na DePaul University - Chicago, Professor da Escola de Negócios da PUC/PR, e-mail: julio.reis@pucpr.br.

Júlio Ernesto Colla, graduado em Administração de Empresas pela UNESPAR, doutorando em Administração na PUC/PR, professor na Universidade do Estado do Paraná, Campus Paranavaí, e-mail: juliocolla@gmail.com.

June Alisson Westarb Cruz, graduado em Ciências Contábeis, doutorado em Administração Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Administração na PUC/PR, e-mail: june.cruz@pucpr.br.

ABSTRACT There are a lot of studies and conclusions about of the scientificity or not of Administration. This subject that is reason of strong debates in the academy, in the events of the area and, of course, in the classroom, it is discussed in the present study based on the epistemology of science and its criteria of demarcation. It starts from the assumption that once understood the concept of science and its criteria of demarcation, the possibility to define that a material is or not science became clearer. So from the theories of classics writers about epistemology of science, we tried to have a position about what is necessary to the Administration be considered a science. As result of the present paper, we arrived to the conclusion that the administration actually shows studies and researches in development and it is in evolution of its theoretical basis but, according to analysis here fulfilled, considering the criteria of demarcation analyzed, it cannot be considered as a science yet and, suggesting the actual stage is like almost science. It shows the theoretical basis to this positioning.

Keywords: administration; scientificity; epistemology.

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre a cientificidade ou não da Administração tem inspirado muitos debates acalorados na academia e estimulando desenvolvimento de diversos artigos acadêmicos (MACIEL e SILVA, 2011; DANKE; WALTER e SILVA, 2010; SACCOL, 2009; MATTOS, 2009; SILVA, 2002; WALTER e AUGUSTO, 2008).

Também não é incomum verificar que tal temática vem sendo motivo para pertinentes discussões em salas de aula, eventos acadêmicos e no próprio contexto organizacional.

Nos últimos anos houve uma forte consolidação do campo da Administração, apresentando um crescimento acentuado no número de pesquisadores, publicações de livros e trabalhos com objetivo científico, na oferta de curso de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, demonstrando assim que se trata de uma área relevante para as organizações e a sociedade em geral.

Porém, esse crescimento acentuado e a percepção da importância da área da Administração na sociedade e nas organizações contemporâneas são suficientes para dispensar o conflito existente quando o assunto é a cientificidade da matéria Administração?

De acordo com Maciel e Silva (2011) é especificamente sobre esse terreno movediço, as explicações para o que é ou não Ciência, que se dá a classificação da matéria Administração como uma Ciência ou não. Esses autores escrevem ainda que “esse exercício é questionado por muitos teóricos e filósofos da Ciência” (p. 81), debatendo sobre a real importância da demarcação do que seja ou não Ciência.

Quando ao assunto é especificamente a matéria Administração, ao analisar o ambiente atual da academia, percebem-se grupos bastante divergentes em suas ideias, estudos e conclusões. De um lado, estão aqueles que defendem a Administração como sendo uma Ciência (DANKE, WALTER e DA SILVA, 2010; MACIEL e SILVA, 2011); de outro lado, os que afirmam categoricamente o contrário, a Administração não é uma Ciência, pois não possui fundamentos para tal e há ainda, uma terceira posição que defende que a Administração é uma pseudociência, ou seja, uma quase Ciência ou arte (MATTOS, 2009).

A fim de contribuir para elucidação de tal conflito, o presente ensaio tem como objetivo apresentar uma reflexão, não exaustiva, sobre a cientificidade ou não da Administração e com base nisso posicionar-se sobre qual é o momento atual da Administração. Para isso, busca definir o que é Ciência e discutir quais são seus critérios de demarcação científica.

Portanto, para esse ensaio, os critérios de demarcação de Ciência, serão explorados como sendo necessários e importantes para compreensão do que é científico ou não, corroborando com o que Maciel e Silva (2011, p. 81) já declararam em relação aos critérios de demarcação e a cientificidade da Administração “é crucial colocá-los em uso a favor da clarificação e distinção dos vários tipos de conhecimento ou diferenciar a Ciência da não-Ciência”.

Para tanto, busca entendimento do que é uma Ciência e quais os seus pressupostos, apresentando o conceito de paradigma e da existência ou não de tal conceito na Administração, além de buscar confrontar percepções divergentes ou convergentes a respeito do tema. Tudo isso, para no final apresentar um posicionamento a respeito da reflexão proposta.

Para facilitar o alcance do objetivo proposto o presente estudo foi dividido em quatro seções distintas. A primeira seção apresenta por meio da introdução a exposição das ideias que serão exploradas no decorrer do desenvolvimento do presente estudo, deixando claro o objetivo proposto. Na segunda, são explorados os assuntos epistemologia, Ciência e delineamento da Ciência e seus condicionantes que embasam a discussão central do ensaio e apresentam subsídios para o desenvolvimento da próxima seção. E, na terceira seção, apresenta as considerações finais onde se buscou apresentar os resultados do ensaio, demonstrando qual a posição dos autores, com base nos fundamentos teóricos, em relação à

cientificidade da Administração. Finalmente na última seção descritas as referências bibliográficas que embasaram teoricamente este ensaio.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A presente seção é composta de três subseções distintas e complementares. A primeira traz uma discussão sobre epistemologia, seguida de uma discussão sobre o que é Ciência. A terceira e última subseção trata das questões relacionadas ao delineamento da Ciência e seus condicionantes.

2.1 Epistemologia

Nas últimas décadas, com o crescimento da pesquisa nas Ciências sociais aplicadas, alguns conceitos sobre a cientificidade da Administração passaram a ter atenção especial, pois são compreendidos como primordiais para o entendimento e o desenvolvimento da própria Ciência.

Dentre esses conceitos está o de epistemologia, que de acordo com Bunge(1980, p.12) era “mera folha da árvore da Filosofia meio século atrás, é hoje um ramo importante dela”. E continua o autor, “a meio século atrás a Epistemologia não era mais que um capítulo da teoria do conhecimento”.

Segundo Santos (2004, *apud* DANKE; WALTER; SILVA 2010) nenhuma pesquisa pode ser elaborada sem que haja uma âncora epistemológica. O fenômeno ou o fato a ser pesquisado requer bases investigativas que advém da literatura pertinente à área do saber que estiver em análise. Leis, teoremas, axiomas, princípios, postulados e outros dão a sustentação necessária à comprovação das hipóteses ou das questões norteadoras da pesquisa.

Vários são os conceitos destinados ao entendimento do que é epistemologia e esse entendimento apresenta-se como de fundamental importância para desenvolvimento do presente ensaio.

Bunge (1980) descreve a epistemologia como sinônimo de Filosofia da Ciência. Assim, para tal autor, epistemologia “é o ramo da filosofia que estuda a investigação científica e seu produto é o conhecimento científico” (BUNGUE, 1980, p. 5).

Já Rabuske (1987, p.19) tentado elucidar o que é epistemologia, apresenta um conjunto de conceitos:

Epistemologicamente, “Epistemologia” provém do grego: episteme + logos. Epistemologia é Ciência da Ciência. Com certa Tolerância, podemos considerar como sinônimos de Ciência da Ciência: Filosofia da Ciência, Teoria da Ciência, Lógica da Ciência e Metaciência. A Epistemologia é a mais antiga Ciência da Ciência. Depois sugeriram a Sociologia da Ciência, a Psicologia da Ciência[...].

Bonbassaro (1992) descreve epistemologia considerando haver tendências distintas no decorrer de seus estudos. Segundo esse autor, existe uma tendência “analítica” e outra tendência “histórica”. A tendência analítica da epistemologia foi predominante na primeira metade do século XX e apoiou-se sobre a orientação teórica do empirismo lógico, que teve como influência o círculo de Viena e, posteriormente, a filosofia de Popper. Já a tendência histórica, que ele atribui também como “a nova filosofia da Ciência”, surgiu no mundo acadêmico a partir de 1950 como críticas as ideias propostas e defendidas para tendência analítica.

Bunge (1980, p.10) também faz referência ao círculo de Viena quando descreve que “o círculo de Viena alterou a face técnica da Filosofia” e credita a ele, os estudos promovidos que direcionaram ao que o autor chama de “profissionalização da epistemologia”.

Para Bunge (1980, p.12) a epistemologia, para ser considerada pelo autor uma filosofia da Ciência, precisa ser útil à sociedade e para tal precisa satisfazer as seguintes condições: a) referir-se à Ciência propriamente dita; b) ocupar de problemas reais e não fantasiosos; c) propor soluções claras, consistentes teoricamente e adequadas à realidade da investigação científica; d) ser capaz de distinguir a Ciência autêntica da pseudociência; e) ser capaz de criticar.

Tendo como referência os conceitos apresentados, percebe-se que a epistemologia tem por objetivo a construção de Ciência com bases em fundamentos sólidos e bem embasados. Essa percepção é corroborada por Danke; Walter; Silva (2010, p. 129) que descrevem que “a epistemologia tem por objeto formal, o estudo crítico-analítico da produção do conhecimento, podendo ser considerada uma matéria interdisciplinar e multirreferencial”.

De acordo com Lopes e Bernardes (2001, p. 93) “a epistemologia é a história da Ciência. Como a Ciência é regulada pela busca da verdade, os paradigmas cumprem a função de estabelecer condições de objetividade ao conhecimento científico”.

Sendo assim, o que se compreende por epistemologia é de importância singular para o entendimento do conceito de Ciência e, portanto, para o delineamento do que pode ser considerada ou não uma Ciência. Com isso, no próximo item desse ensaio, passa-se a clarificar o conceito de Ciência.

2.2 Ciência

Após elucidar o conceito de epistemologia, faz-se lógico percorrer o caminho do esclarecimento do conceito de Ciência, uma vez que o objetivo norteador desse escrito é discutir a cientificidade da Administração, que por delineamento está dentro do rol das Ciências sociais aplicadas, visto que seu objeto de estudo se constitui de fenômenos de ordem social, ou seja, do estudo e melhoramento da coordenação e controle das atividades humanas nas organizações (WHITLEY, 1977).

Há que se considerar que a discussão a cerca do conceito, dos princípios e da classificação da Ciência são amplos e apresentam várias linhas de abordagens e escolas. Não é pretensão e tão pouco objetivo neste estudo o aprofundamento ou exaustão do tema. Porém, é clara a necessidade da compreensão de tal tema, dada sua importância no contexto deste ensaio.

De acordo com Granger (1994) pode-se certamente qualificar a segunda metade do século XX como o período da Idade da Ciência. Esse período ofereceu um espetáculo de renovações e de desenvolvimento sem precedentes na história da Ciência, pelo número e pela diversidade.

De acordo com Danke; Walter e Silva (2010, p. 130) “varias são as definições encontradas para Ciência, e a área que se preocupa em responder a essa questão – aparentemente simples, mas extremamente complexa – é a filosofia da Ciência”.

Para iniciar a busca do entendimento, no contexto deste estudo, do que é Ciência, vale citar Rabuske (1987, p. 31) que escreve: “os dois principais critérios de cientificidade são, o poder explicativo e a comprovação pela experiência”. Complementa tal percepção compreender que essa Ciência é derivada do conhecimento consequente e dependente de fatos com respeito a outros fatos e a base disso é podermos, fazer no presente, algo que se consegue realizar novamente agora ou em outra qualquer ocasião de maneira semelhante (HOBBS, 2000). Já Morin (1996, p. 19) escreveu que “a experimentação científica constitui por si

mesma uma técnica de manipulação e o desenvolvimento das Ciências experimentais desenvolve os poderes manipuladores da Ciência sobre as coisas físicas e os seres vivos”.

E continua Morin (1996, p. 19) “hoje, a Ciência tornou-se poderosa e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais”.

Em termos gerais, a Ciência pode ser definida então, como sendo a busca pela verdade que tem como processo consequente o acúmulo de conhecimento. Esse conhecimento é tido como Ciência em função da possibilidade do emprego de um método científico que é voltado para previsão de fatos, conforme descrevem Maciel e Silva (2011) citando Chalmers (1993), Fourez (1995) e Dixon (1976).

Ainda segundo Morin (1996, pg. 15) “a Ciência é, portanto, elucidativa (resolve enigmas, dissipa mistérios), enriquecedora (permite satisfazer necessidades sociais e assim, desabrochar a civilização); é de fato, e justamente, conquistadora e triunfante”.

Parece pertinente, para compreensão da Ciência no contexto aqui analisado, o da Ciência social aplicada, apresentar a distinção feita por Granger (1994) entre Ciências Naturais e Ciências Humanas. Para esse autor, os fenômenos ligados às Ciências Humanas e ligados a fenômenos de comportamento humano possuem significações que podem ir contra a transformação dos fatos em esquemas abstratos lógicos e matematicamente manipuláveis, como pode ocorrer nas Ciências Naturais.

Essa diferenciação deve, portanto influenciar quando se analisa os diferentes tipos de Ciência, suas bases fundamentais e seus critérios de demarcação. Ao analisar uma, não se deve, necessariamente, considerar os mesmos critérios utilizados para análise da outra, pois são objetos distintos como fogo é diferente de água e pessoa é diferente de máquina.

Essa dificuldade pode ser considerada uma das razões pelas quais a cientificidade da Administração é questionada. De acordo com Walter e Augusto (2008):

A dificuldade de aceitação das Ciências sociais como Ciência por parte da academia afeta, conseqüentemente, a Administração, uma vez que as organizações, enquanto entidades sociais formadas por indivíduos, também possuem certa imprevisibilidade e passam por mudanças históricas. Dessa forma, por ser uma Ciência social, a Administração é, por vezes, considerada inferior às Ciências naturais no que tange ao caráter científico.

Para Rabuske (1987) existe um problema nas Ciências Humanas que é a relação entre explicação e compreensão. Esse problema pode ser considerado central na epistemologia dessas Ciências, afinal, segundo o autor que citando Hegenberg diz que “não existe

uniformidade de pensamento acerca das explicações e não há acordo a propósito do que seja uma explicação científica”.

Entende-se importante ressaltar, nesse momento, o que pode ser um indício do surgimento da dificuldade de compreensão e consenso a respeito da cientificidade da Administração, uma vez que, comparar Ciência social com Ciência natural, não parece ser o melhor critério para julgamento de cientificidade.

Walter e Augusto (2008, p.60) afirmam que “sendo as Ciências Sociais e as Ciências Naturais distintas, e não sendo possível substituir uma pela outra, torna-se incongruente julgar a Administração sob os critérios das Ciências Naturais”.

Depois de feitas as considerações e conceituações a respeito de Ciência ficam claro, nesse momento, a necessidade de elucidação, para melhor alinhamento da reflexão proposta, dos seguintes questionamentos: a) o que impõe caráter científico a uma Ciência? b) Quais são os critérios de demarcação para classificação de uma matéria como sendo uma Ciência ou não?

Para esclarecimento de tais questionamentos a próxima seção discutirá a percepção de Ciência e seus critérios de demarcação sob pontos de vista diferentes, tendo como base alguns autores oriundos da filosofia.

2.3 Delineamento da Ciência e seus condicionantes

Ao analisar a questão de cientificidade ou não de determinada matéria, no caso de ensaio do objeto de estudos de Administração, percebe-se que isso está diretamente ligado à questão do delineamento e clarificação dos critérios de demarcação da Ciência.

Com a proposta então de esclarecer a questão dos critérios de demarcação de uma Ciência, apresenta-se na sequência desse item uma discussão a respeito de tais critérios a luz da filosofia da Ciência, tendo como base autores renomados da área, valendo destacar autores como Chalmers, Popper, Kuhn, dentre outros.

Conforme descrito na seção anterior, a concepção de Ciência está atrelada a conhecimento. Segundo Chalmers (1993, p. 23):

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa a obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A Ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na Ciência. A Ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

A citação acima, que Chalmers (1993) descreveu como “concepção popular de conhecimento científico”, é proposital, e serve como pano de fundo para compreensão do delineamento das Ciências atualmente. Para isso, é necessário compreender que o entendimento do que é Ciência hoje começou a ser construído séculos atrás com o confronto das ideias e que culminaram na prevalência dos fundamentos do positivismo, até meados do século XX, que teve como destaque o círculo de Viena.

De acordo com Lakatos (1979, *apud*, DANKE; WALTER e SILVA, 2010, p. 130):

Durante séculos, o conhecimento significou conhecimento provado pela força do intelecto ou pela prova dos sentidos. A sabedoria e a integridade intelectual exigiam que fossem desconsideradas afirmações não provadas, o que minimizou o hiato entre a especulação e o conhecimento estabelecido. Essa era a concepção comum de Ciência até então, vestida nas roupagens do positivismo lógico, critério baseado no empirismo justificacionista-indutivista da concepção tradicional de Ciência.

Maciel e Silva (2011) chamam atenção para a existência de variabilidade prática da Ciência em distintas áreas e contextos. Segundo esses autores, fazer Ciência na Administração não é como na física, fazer Ciência no contexto atual é diferente do que foi fazer Ciência no século passado e será diferente do que será fazer Ciência no futuro.

Analisando essa questão de “fazer Ciência” na matéria Administração há que se considerar sua condição diferenciada. Afinal, seu campo de atuação é dinâmico e sofre a influência direta dos reflexos da sociedade em geral. No tocante a Administração, o que valeu ontem pode não ser mais aplicável hoje e o que vale hoje poderá não valer amanhã. A Administração pode ser considerada o reflexo da sociedade, afinal é desenvolvida e aplicada nas organizações que, em geral, são, atualmente, a base da sociedade constituída.

Com essa concepção de que a comprovação é necessária para Ciência, chega-se ao conceito dos indutivistas sobre Ciência, que tinham segundo Chalmers (1993, p. 24) “a intenção de formalizar a imagem popular da Ciência” que é baseada no princípio da indução.

Ainda segundo Chalmers (1993) de acordo com o indutivismo, a Ciência começa com a observação. O observador científico deve ter órgãos sensitivos normais e inalterados e deve registrar fielmente o que puder ser visto ou ouvido, dentre outros.

Porém, a maneira como o indutivismo vê a Ciência pode ser considerada parcial, pois uma característica importante para se considerar Ciência é a capacidade de explicar e prever fenômenos (CHALMERS, 1993).

Com a evolução da compreensão da Ciência e a percepção da complexidade envolvida nos fenômenos “ditos” científicos, outras formas de se caracterizar Ciência surgiram com a finalidade de propor respostas que o indutivismo não encontrava.

Dentro do próprio indutivismo surge o conceito da probabilidade, no qual se sugere que o conhecimento científico não é conhecimento comprovado, mas representa conhecimento que é provavelmente verdadeiro (CHALMERS, 1993).

Um crítico efusivo da indução foi Popper, que apresenta críticas incisivas em seu livro *Logik der Forschung*, publicado em Viena, no qual tem como ideia central substituir o empirismo indutivista por um empirismo não justificacionista e não indutivista, o que ele designou como sendo o falseacionismo (CHIBENI, 2004).

Popper (1975) descreve que a principal preocupação da filosofia da Ciência deve ser procurar a verdade. A partir disso expõe diversas críticas ao indutivismo e propõe como alternativa, o falsificacionismo. Segundo esse autor, a busca da verdade, ocupação principal da filosofia da Ciência, deve ocorrer por meio de tentativas continuadas de falseamento das teorias.

Dessa forma, todas as hipóteses geradas pelos cientistas, por meio da indução ou da metafísica devem ser submetidas a testes de falsificação, ou seja, deve-se tentar falsear essas hipóteses. Ao ser falseada a hipótese, esta deve ser rejeitada. As hipóteses que, uma vez submetidas a testes de falsificação, forem resistindo a esses testes, ganham força como prováveis teorias explicativas dos fenômenos observados (POPPER, 1975).

Todavia, isso não garante que uma teoria seja verdadeira, pois mesmo uma teoria testada várias vezes pode vir a ser falseada em novo teste com condições ainda não testadas. Popper (1975) defende, portanto, que todas as teorias são conjecturais, hipóteses ou suposições e devem ser expostas a testes para possíveis falsificações.

Nessa perspectiva de falsificacionismo de Popper (1975), não é possível confirmar que nenhuma teoria é verdadeira. De acordo com Chalmers (1993, p. 73) “nunca se pode dizer que uma teoria é verdadeira, por mais que ela tenha superado testes rigorosos, o que se pode dizer é que uma teoria corrente é superior as suas predecessoras no sentido de que ela é capaz de superar os testes que falsificaram aquelas predecessoras”.

E ao discutir a preferência por uma ou outra teoria, que tratam do mesmo fenômeno, Popper (1975) considera que a melhor teoria é aquela que resiste por mais tempo aos testes de falsificação. A teoria que não for refutada deve ser melhor que a teoria que falhou em testes

empíricos, afinal, a não refutada tem chances de ser verdadeira, enquanto a teoria que falhou, com certeza é falsa.

Portanto, para Popper (1975), as teorias atuais não são verdades absolutas, são apenas teorias ainda não refutadas. A evolução da Ciência é eterna e acontece quando uma teoria corroborada é superada por outra mais abrangente, que além de ser mais testável, ainda contempla a anterior.

Danke; Walter e Silva (2010) salientam que Popper também foi criticado, uma vez que teoria invalidada empiricamente pode não ser necessariamente inválida. Podendo ocorrer problemas de experimentos, bem como o pesquisador pode não fazer interpretação adequada dos resultados e essa crítica dividiu os adeptos ao falseacionismo entre ingênuos e sofisticados.

Outro expoente quando se analisa o delineamento da Ciência os critérios de demarcação são os estudos de Kuhn, que foi um físico teórico que se interessou pela filosofia da Ciência. A ele é creditado o resgate e emprego do conceito de paradigma com o significado de modelo.

Segundo Morgan (1980, p.59) “provavelmente uma das mais importantes implicações do trabalho de Kuhn deriva da identificação dos paradigmas como realidades alternativas, e a utilização indiscriminada do conceito de paradigma em outros sentidos tende a mascarar esse sentido básico”.

Em comparação a Popper (1975), Kuhn (2003) não observa somente nos períodos de grandes transformações, refutação e aparecimento de outras teorias, os momentos relacionados ao desenvolvimento da Ciência. Para Kuhn (2003) a Ciência se desenvolve então a partir de períodos que ele designou como de Ciência normal, quando surge o “paradigma” e progride no período de Ciência revolucionária.

De acordo com Kuhn (2003), a adoção de um paradigma é um sinal de que o tipo de pesquisa está amadurecido, uma vez que, ao longo de sua história, as teorias concorrentes foram substituídas por uma teoria comum, ocasionando o desaparecimento das divergências iniciais existentes entre os pesquisadores.

A partir da existência de um paradigma estabelecido, Kuhn (2003) apresenta o conceito de Ciência normal que significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Segundo esse autor, o período de Ciência normal de uma matéria é caracterizado pela presença de um paradigma dominante.

Para Kuhn (2003), o objetivo da Ciência normal não é produzir novidades, mas aumentar a precisão e o alcance do paradigma. Ainda segundo o autor, caso os cientistas não cheguem, em suas pesquisas, a um resultado próximo ao do paradigma, esse resultado será considerado fracasso pessoal. Em contrapartida, quando uma descoberta acontece e é incorporada à Ciência, altera o empreendimento científico.

Esse tipo de descoberta é chamado por Kuhn (2003) de anomalia, pois viola as expectativas do paradigma que regia a Ciência normal. Essa violação das expectativas provoca uma crise na Ciência normal, visto que, mesmo com uma série de aperfeiçoamentos, um paradigma não obtém resultados satisfatórios e não explica as anomalias, ou seja, tem-se um fracasso dos quebra-cabeças da Ciência normal no alcance de resultados.

Chalmers (1993) descreve, na Figura 1, uma representação em resumo da maneira como Kuhn vê a progressão da Ciência:

Figura 1 – Progressão da Ciência segundo Kuhn

Fonte: Adaptado de Chalmers (1993, p.124)

Na tentativa de verificar como se encontra a Administração em relação à teoria de Kuhn, Santos (2004) apresenta, conforme demonstrado na Figura 2, um esquema gráfico que trás os estágios do progresso científico de uma Ciência, conforme modelo desenvolvido por Kuhn, convergindo ao estágio em que se encontra a Administração, na visão de Santos (2004).

Para Santos (2004), portanto, existem duas análises a respeito do estágio científico da Administração. A primeira defende a Administração já possuindo paradigmas estabelecidos e, argumenta que esta Ciência se encontra no estágio de Ciência normal. Por outro lado, a segunda enfatiza que a Administração encontra-se no estágio de Ciência “quase-normal” ou “pré-paradigmática”, já que ainda não possui paradigmas aceitos e compartilhados universalmente pela comunidade. Essa visão alinha-se ao posicionamento de Kuhn, uma vez que esse autor salienta que áreas do conhecimento que disputam a condição de se tornar paradigmas em determinada Ciência encontram-se no período pré-paradigmático.

Figura 2 – Estágio do progresso científico da Administração

Fonte: Adaptado de Santos 2004.

Pode-se perceber, portanto, que o delineamento ou a caracterização do que é Ciência varia de acordo com a base epistemológica abordada e, portanto, de acordo com critério de demarcação utilizado para tal. Como se pode verificar, existem ainda, várias abordagens epistemológicas, como, a indução do positivismo, falseacionismo de Popper e o estado de Ciência normal ou em crise de Kuhn, além de outras abordagens como, por exemplo, de Lakatos (1974) que não foi abordada no presente ensaio, que apresenta a questão dos programas de pesquisa com sendo progressivos ou degenerativos.

Ainda referente ao critério de demarcação, de acordo com Araújo (1993, p. 15), com base na lógica hipotética dedutiva, para caracterizar algum conhecimento como científico, é preciso que este atenda a três critérios: a) tenha um conjunto de hipóteses e teorias resolvidas e/ou a resolver; b) tenha um objeto próprio de investigação; c) tenha um método de investigação, que consiste num conjunto de regras e procedimentos comuns que permitem obter explicações, descrição e compreensão de uma realidade.

Já Albach (1993) apresenta cinco critérios para que um campo seja considerado científico: a) existência de hipóteses, enunciados do tipo “se, então”; b) independência de juízos de valor; c) validade universal, no espaço e no tempo; d) existência de objetividade dos enunciados científicos, que permitam a sua replicação e repetibilidade; e, e) existência de condição de falseabilidade dos enunciados científicos.

Com base então nos critérios de demarcação aqui apresentados, de maneira não exaustiva, conforme já foi pontuado anteriormente, é possível fazer uma análise da cientificidade ou não da Administração, o que será desenvolvida no próximo tópico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo proposto – uma reflexão a respeito da cientificidade da Administração – com base na epistemologia da Ciência e em seus critérios de demarcação – foram discutidos vários conceitos importantes para o embasamento e a compreensão do contexto envolvido em tal reflexão.

Vale esclarecer neste momento, que se tem por parte dos autores desse ensaio, a clara noção que um posicionamento a respeito da cientificidade ou não da Administração é por si só um risco, com alta probabilidade de desagradar grupos específicos na academia. Afinal, trata-se de um objeto polêmico e complexo.

Portanto, vale ressaltar também que os resultados aqui apresentados refletem uma análise dos autores com argumentos baseados na fundamentação apresentada e que não são considerados por eles como assunto concluído e sem possibilidade de debate. Pelo contrário, a intenção é sim estimular a reflexão a respeito da Administração, sua cientificidade ou não e, contribuir assim, para o fortalecimento de tal matéria.

Sendo assim, percebe-se que tal posicionamento – cientificidade ou não da Administração – é possível analisando a perspectiva dos autores utilizados para fundamentarem a reflexão aqui proposta, na qual fica evidente que tal posicionamento tem como pano de fundo uma percepção epistemológica do que é a Ciência, quais são seus critérios de demarcação, do que representa a Administração e do que foi percebido em relação a esta área de estudos, que está agregada as Ciências sociais aplicadas.

Dessa forma, a fim de esclarecer o posicionamento em relação à Administração ser ou não Ciência, partindo-se, como foi destacado anteriormente no presente ensaio, do conceito de Ciência a partir de seus fundamentos epistemológicos, serão listados a seguir no Quadro 1 os principais critérios de demarcação apresentados na fundamentação teórica desenvolvida com ancoragem nos autores estudados.

Destacados então os critérios de demarcação, parte-se para sua análise em relação à matéria Administração. Quanto aos critérios apresentados pelo primeiro autor descritos no Quadro 1, percebe-se que a Administração apresenta poder explicativo para suas diversas teorias, porém não é possível ainda creditar a essa matéria capacidade de comprovação pela experiência. Essa falta de capacidade está relacionada diretamente ao excesso de subáreas que apresenta a Administração, tornando muitas vezes o campo de pesquisa confuso, além de não

apresentar ainda em muitas áreas uma real aproximação da realidade das organizações no qual a Administração acontece. Muitos dos estudos ficam somente no campo teórico e isso compromete sua comprovação pela experiência. Talvez, seja o caso rever a condição de isolamento de alguns pesquisadores e seus estudos da realidade organizacional.

Autor	Critério de demarcação descrito
1. Rabuske (1987)	<ul style="list-style-type: none">• Poder explicativo e comprovação pela experiência.
2. Popper (1975)	<ul style="list-style-type: none">• Teorias faseáveis versus teorias não faseáveis (falsificacionismo).
3. Kuhn (2003)	<ul style="list-style-type: none">• Paradigma dominante;• Ciência normal versus Ciência extraordinária.
4. Araújo (1993)	<ul style="list-style-type: none">• Ter um conjunto de hipóteses e teorias resolvidas e/ou a resolver;• Possuir um objeto próprio de investigação;• Ter um método de investigação definido.
5. Albach (1993)	<ul style="list-style-type: none">• Existência de hipóteses• Apresentar independência de juízos de valor• Ter validade universal• Apresentar a existência de objetividade dos enunciados científicos, que permitem replicação e repetibilidade;• Apresentar a existência de condição de falseabilidade dos enunciados científicos.

Quadro 1 – Resumo dos critérios de demarcação da Ciência

Fonte: Adaptado do autor.

Segundo os critérios apresentados pelo autor 2, no Quadro 1, que é referência na área, pode-se analisar que a Administração caracteriza-se por apresentar teorias que são falseáveis. De acordo com Maciel e Silva (2011, p. 101) “no caso da Administração percebe-se a presença de teorias falseáveis com predominância daquelas que podem ser submetidas a tentativas de falsificação”.

Analisando os critérios apresentados por Kuhn, que foi o terceiro autor referenciado no Quadro 1, os autores deste ensaio defendem a ideia de que não há na Administração um paradigma dominante, afinal os estudos desenvolvidos a partir da Administração apresentam uma significativa complexidade, que envolve áreas diversas, envolve fatores que não podem ser simplesmente testados como se testam máquinas e números como, por exemplo, o fator humano. Isso tudo torna a identificação de um paradigma que possa ser denominado de dominante em condição ainda não realizada, esclarecida ou perceptível.

Quanto ao quarto autor apresentado no Quadro 1, percebe-se certo alinhamento como que já foi anteriormente descrito como critério de demarcação, valendo destacar a questão do método de investigação definido. Esse é outro critério que na Administração ainda não se apresenta consolidado. Percebe-se na academia a existência ainda de uma busca de identidade quanto aos métodos de investigação, havendo muitas vezes por parte dos pesquisadores equívocos quanto ao método escolhido/utilizado. Percebe-se ainda quanto a essa questão um excesso de vontade em adaptar métodos utilizados em outras áreas à realidade da Administração o que muitas vezes não contribui para desenvolvimento da área.

De acordo com estudo realizado por Lopes e Bernardes (2001) versando sobre a produção científica no Brasil, os autores concluem que “a revisão da literatura em Administração evidencia que a área é hoje marcada pela presença de uma verdadeira ‘Torre de Babel’, ou seja, pela existência de múltiplos paradigmas e abordagens muitas vezes contrários e mutuamente excludentes, mas que não raramente são utilizados com se formassem um corpo analítico homogêneo”.

Finalmente, em relação ao quinto autor referenciado no Quadro 1, percebe-se também, como feito em relação ao quarto autor destacado, que os critérios por ele apresentado são similares a outros já descritos, valendo destaque a questão da universalidade, que no entendimento dos autores do presente ensaio, não é apresentada pela matéria Administração pois com já relatado, essa matéria apresenta grande variedade de contextos e isso influencia em seus resultados. O que vale para uma situação pode não valer para outra similar, pois essa apresenta condições totalmente diferentes daquela.

Sendo assim, com base na análise dos critérios de demarcação da Ciência aqui apresentados e analisados, pode-se concluir que a Administração, não se apresenta ainda em um estágio de Ciência (Ciência normal conforme nomenclatura de Kuhn).

Dessa forma, a Administração de acordo com a análise aqui apresentada, pode ser percebida sim como um conjunto de teorias, que se apresentam bastante consolidadas, que apresentam resultados importantes em diversas áreas, mas que ainda não demonstram, pelos motivos acima descritos, fundamentos suficientes para ser considerada Ciência.

Há por parte dos autores desse ensaio, devido aos critérios de demarcação que são atendidos, às vezes parcialmente, pela Administração, a simpatia em classificá-la como uma quase Ciência ou de acordo com denominação de Kuhn (2003) pré-Ciência. Isso corrobora a descrição da cientificidade do objeto de estudos Administração apresentada por Santos (2004).

Porém, vale ressaltar que durante a reflexão proposta no presente estudo, analisou-se inclusive a relevância de tal discussão, levando em consideração a diferença entre classificar uma Ciência social de uma Ciência natural. Afinal, a Administração, sendo ou não uma Ciência e, isso tem se mostrado muito mais por posicionamentos individuais e epistemológicos, apresenta no decorrer de sua evolução resultados bastante significativos para as organizações e, portanto, para a sociedade em um contexto geral.

Sendo assim, cabe aos pesquisadores e a academia tornar as pesquisas em Administração com reais condições de acessibilidade a fim de que a sociedade possa perceber a importância dela para o desenvolvimento do sistema social como um todo e assim, desenvolver condições para que os pesquisadores possam atuar de forma efetiva para contribuir e solidificar essa importante área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALBACH, H. La Economía de La Empresa como Ciência. Alcalá: Universidad de Alcalá, 1993.
- ARAÚJO, I. L. Introdução à Filosofia da Ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 1993.
- BONBASSARO, L. C. As fronteiras da epistemologia: uma introdução ao problema da racionalidade do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BUNGE, M. Epistemologia: curso de atualização. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1980.
- CHALMERS, A. F. O que é Ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHIBENI, S. S. O que é Ciência? Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. 2004. Disponível em: <www.unicamp.br/~chibeni>. Acesso em: 10 Ago 2011.
- DANKE JR, E. ; WALTER, S. A.; Da SILVA, E. D. A Administração é uma Ciência? Reflexões Epistemológicas acerca de sua Cientificidade. Revista de Ciências da Administração • v. 12, n. 28, p. 105-126, set/dez 2010
- FIGUEIRAS, E. R. Metodologia de las Ciencias Sociales. Revista española de La opinión pública, 1973.
- GRANGER, G. G. A Ciência e as Ciências. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.
- HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Ícone Editora, 2000.
- KUHN, T. S. A Estrutura das Revoluções Científicas. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LAKATOS, I. Historia de La Ciencia Y SUS Reconstrucciones Racionales. Madrid: Editorial Tenos, 1974.

_____. Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica. Ed. 70, Lisboa: Biblioteca de filosofia contemporânea, 1999.

LOPES, H. E. G; BERNARDES, P. Ampliando a análise da produção científica em Administração: o indutivo versus o dedutivo. Economia & gestão, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 92-107, jul./dez. 2001.

MACIEL, C. O.; SILVA, E. D DA. ADMINISTRAÇÃO COMO CIÊNCIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE DIFERENTES CRITÉRIOS E DEMARCAÇÃO. Revista Perspectivas Contemporâneas, Campo Mourão, v.6, n.1, p.80 – 104, dez. 2011.

MATTOS, P. L. C. L. Administração é Ciência ou arte? O que aprender com este mal-entendido. Revista de Administração de Empresas. v. 49, n.3, p. 349-360. Setembro 2009.

MORIN, E..Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORGAN, G.Images of organization.London:Sage, 1980.

POPPER, K. R. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

RABUSKE, E.Epistemologia das Ciências Humanas. Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa de Administração. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago. 2009.

SANTOS, S. A. Existem paradigmas em Administração? Uma análise sobre o uso do conceito.In: INTERNACIONAL CONFERENCE IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT, 3, 2003., São Paulo, Anais....2004 p. 1-20.

Da SILVA, E. D. Por que la administración de empresas es una ciencia? In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 37, 2002, Porto Alegre. Anais..., Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

WALTER, S. A.; AUGUSTO, P. O. M. O status científico da pesquisa em Administração. Revista de negócios, ISSN 1980-4431, Blumenau, v. 13, n.4 p. 56 – 71, out/dez 2008.

WHITLEY, R. Sociology of scientific work and the history of scientific developments. In: BLUME, S. S. (ed.). Perspectives in the sociology of science, John Wiley and Sons, Chichester-New York-Brisbane-Toronto, p. 21- 50, 1977.